



ATA CSDP N° 12, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2007.

ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EXERCÍCIO 2007

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, às 09:00 horas, na sala de reuniões da sede da Defensoria Pública, reuniu-se o Egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Leopoldo Portela Júnior – Defensor Público-Geral, Maria Lúcia Prado - Subdefensora Pública-Geral; Beatriz Monroe de Souza – Corregedora-Geral, Várlen Vidal, Maria Auxiliadora Viana Pinto, Alessandra Pereira Eler, Maria da Consolação de Souza e Paula, Wanderley Andrade Filho, Marolinta Dutra e Marcelo Tadeu de Oliveira, ausente a Conselheira Ana Lúcia Gouvêa Leite Marcolino, que apresentou justificativa por e-mail e a Conselheira Liliane Maria Gomide Leite, que não apresentou justificativa. Instalou-se então a Sessão Ordinária, com o *quórum* de 10 (dez) membros. -----

- 1) O Sr. Presidente declarou aberta a sessão, agradecendo a presença de todos. -----
- 2) Seguindo a ordem dos trabalhos, passou-se à apreciação das justificativas de ausências da sessão anterior, das Conselheiras Beatriz Monroe de Souza, Liliane Maria Gomide Leite e Ana Lúcia Gouvêa Leite Marcolino apresentaram justificativas por escrito, que foram acatadas, por unanimidade. -----
- 3) Ato contínuo, o Sr. Presidente colocou em votação a ata da sessão anterior, dispensada sua leitura. Aprovada a ata por unanimidade, assinaram os presentes. ---
Em seguida, passou-se à pauta única, para os termos do art. 26º da Lei Complementar nº 65/2003.-----

Sessão Solene de Posse e Entrada em Exercício dos Membros do Conselho Superior para o Biênio 2007/2009 - O Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior, Dr. Leopoldo Portela Júnior, declarou aberta a presente Sessão Solene, agradecendo aos membros do

Conselho que encerram seu mandato na data de hoje, passando a palavra para a saudação de despedida, ao Conselheiro Várlen, como membro eleito mais votado do atual mandato, para falar em nome dos atuais Conselheiros, que assim se manifestou: “Sr. Presidente, em nome de quem cumprimento demais Conselheiros e aqueles que estão tomando posse hoje, e demais colegas aqui presentes, primeiramente gostaria de agradecer a todos aqueles que confiaram a nós esta tarefa, que nos elegeram para o biênio 2005/2007, tendo a certeza que nos esforçamos que para nos desincumbir desta árdua tarefa. Não obstante, Sr. Presidente, ficaram visões um tanto quanto negativas da postura deste conselho, e peço permissão para encerrar este meu mandato com esta crítica, para que aqueles que estão tomando posse façam uma reflexão da importância de ser conselheiro desta instituição, para que os debates que aqui chegarão não extrapolem para as questões pessoais. No meu entender, foi exatamente neste ponto que travou-se a maioria das discussões, e muitas coisas importantes ficaram para trás, como exemplo o nosso regimento que há muito gera reclamações dos colegas e nós que estamos na administração já estamos por demais cientes do quanto faz falta o regimento interno, para nortear nossas decisões. Este foi o primeiro ponto negativo, e insisto para que os conselheiros que estão entrando façam estas reflexões. O debate é saudável, nos faz andar pra frente, mas tem que ser um debate maduro, um debate político, restrito ao campo dos fatos e idéias, para não gerar prejuízos. Lamento também estar deixando o CS neste momento negro que nós estamos passando, de conseqüências ainda imprevisíveis, pois não sabemos a proporção disto, e foi fácil perceber



na terça-feira quando na abertura do III Congresso Nacional das Penas Alternativas, quando a Defensora Pública Stela Maris, da Argentina, manifestou a incompreensão deste momento que a Defensoria Pública de Minas está passando. Indignou-se a Dra. Stela pelo modo como uma instituição pode desencadear um processo de implosão, como pode esta instituição destruir um futuro brilhante pela frente, como pode ser destruída uma liderança que levou-se 20 anos para se consolidar. Eu fico triste por estar deixando este Conselho nestas circunstâncias. O Conselheiro tem uma função muito importante nesta instituição, por estar envolvido no debate de questões primordiais para a instituição, por estar em contato direto com os defensores públicos, sendo questionado e cobrado a todo instante, sendo um formador de opinião. E este conselho que está vindo agora, venha com a missão maior de apaziguar nossos ânimos, de unir nossa classe, aparar arestas, ter a responsabilidade de voltar a colocar a DPMG nos trilhos. Estes fatos que aconteceram este ano extrapolaram todos os limites, respingaram para todos os lados, no Congresso Nacional, com a derrocada da PEC 487, na ALMG, onde buscávamos recursos para o próximo ano, respingou no Governo do Estado, fecharam-se as portas. Pra quê? Quem fez isso? Qual a diferença pra ele? Que lucro teve, pessoal ou funcional? Que lucro? A não ser afetar a vida de mais de cem colegas nossos que lutaram por esta instituição, que nos legaram esta instituição, e se não fosse o caminho que eles fizeram, se não fosse a coragem que eles tiveram, não estaríamos hoje nesta sala confortável, nem papel teríamos para trabalhar. Eu peço a este conselho que está tomando posse que tire lição disto, e que tenham como missão maior ajudar a abrir estas portas que se fecharam e colocar a DP de novo no caminho da unidade. Muito obrigado.” Em seguida o Sr. Presidente agradeceu a manifestação do Conselheiro Várlen e solicitou aos Conselheiros que deixassem seus lugares para dar início à Cerimônia de Posse. Registrou a justificativa da Dra. Marlene Oliveira Nery, que encontra-se impossibilitada de se locomover, devido à um traumatismo sofrido em uma das pernas. Consignou que a Dra. Marlene tomará posse na próxima sessão, com a assinatura do respectivo termo perante o DPG. Solicitou à Conselheira Marolinta que fizesse a leitura do Termo de Compromisso e Posse, o qual foi assinado pelos novos membros do Conselho Superior. **O Sr. Presidente declarou-os empossados, dando início do exercício dos mesmos e convidando-os a tomarem seus assentos à mesa.** Em seguida passou a palavra para o Conselheiro Glauco David de Oliveira Sousa, membro eleito mais votado, que assim se manifestou: “Senhor presidente, agradeço a oportunidade desse pronunciamento e cumprimento a todos na pessoa de V. Exa. Tenho a satisfação de estar aqui agora neste plenário, espaço confortável e privilegiado, que sem luxo, mas de forma digna, expressa de fato e é representativo do quanto a Defensoria Pública de Minas Gerais avançou, em todos os aspectos possíveis, desde o encerramento do meu mandato anterior no Conselho Superior. Tenho a satisfação, também, de estar retornando a esse colegiado, que não cogitava até bem recentemente, mas as circunstâncias me fizeram concluir que talvez eu ainda pudesse acrescentar algo e ter energia para retomar uma parte do trabalho que ainda não foi feito, assumindo uma postura que a meu ver foi legitimada pelo processo eleitoral, que é a de enfrentar de forma pública, transparente, franca e democrática, os principais problemas políticos que estamos vivendo na instituição. Folgo em estar aqui na mesma posição que estava anteriormente, o de membro eleito mais votado, o que me faz presumir que a maioria da classe legítima meus pontos de vista, que são colocados sempre pautados em argumentos, o que me dá autoridade para contribuir de alguma forma para o debate que a meu ver não há mais como evitar que seja feito dentro desta casa, sobre os fundamentos, os abusos e os limites das nossas divergências políticas. Eu tenho uma relação de absoluta lealdade, solidariedade, amizade, respeito, admiração e, principalmente, compromisso com as pessoas que estão



construindo a Defensoria Pública de Minas Gerais. Não poderia deixar de estar presente no momento de dificuldade, que exige a participação de todos, para construir uma relação mais saudável e mais compatível com a existência da Defensoria Pública. Eu fico perplexo ao ver que estamos caminhando sob um discurso que não expressa o pensamento da maioria, que aparenta ter dimensão maior do que de fato tem, que é o discurso de pessoas que disseminam o preconceito e praticam a intolerância. Isto não pode mais ser escamoteado, e a inércia em relação a esse tipo de prática tem feito com que nós nos desmoralizemos, percamos a credibilidade e entremos em uma trajetória descendente, quando tudo demonstrava que estávamos em trajetória ascendente. O fato de estarmos aqui, agora, neste local, nesta estrutura, decorre de um conjunto de circunstâncias e é produto de uma luta de muitos, mas, principalmente, decorre da competência, da dedicação e do empenho de pessoas que a tempo e hora souberam conduzir esta luta. Estas pessoas estão sendo atacadas da forma mais vil que possa acontecer no processo político, da forma mais destrutiva, da forma mais prejudicial, com propósitos que eu desconheço. O que leva pessoas a agirem como estão agindo? A bem da verdade, numa expressão simplista, estão é dando tiro no pé. Ninguém vai ganhar nada com isto, absolutamente ninguém, a não ser o prazer de destruir, a necessidade sádica de fazer o mal e eu não acredito que as pessoas sejam pautadas só por este tipo de motivação. Entendo que num momento de ódio ou de irritação, no momento em que se está movido mais pela paixão que pela razão, se haja de forma que não seja adequada ou compreensível, mas isto se tornar uma prática e passar a ser uma conduta permanente e comum dentro de uma instituição, que tem uma natureza, por essência, de praticar a inclusão e garantir o exercício dos direitos fundamentais, isto é inaceitável, e este Conselho vai ter que se voltar pra esta questão, porque ele tem competência, senão obrigação política, de denunciar essa prática e de enfrentá-la da forma legal, preservando os direitos, garantias e o devido processo legal, mas sem fugir às suas responsabilidades nem deixar de ir às últimas conseqüências, porque não há como fugir desse debate, cujo objeto contamina a instituição. Em algum momento foi tido como se houvesse uma divisão entre novos e antigos, mas isto foi dissipado. Os processos eleitorais de 2007 e a greve enterraram os esforços nesse sentido. Não há um choque de gerações. Há sim a luta política, feita por poucos com muito alarde e de forma irresponsável. Esse Conselho vai ter de enfrentar essas questões. Explicitei de forma ligeira, no meu manifesto de campanha, que vivemos um momento de crise, que não sabemos ainda mensurar e que atingirá a todos. O Conselho tem a competência, dentro de suas atribuições legais, de decidir como vamos administrar essa crise, seja do ponto de vista das relações internas, seja na elaboração do plano geral de atuação, seja na defesa de nossa autonomia, seja na coibição dos excessos, seja na construção das soluções. Eu estou aqui em muito boa companhia, ladeado por pessoas a que admiro e que têm uma grande vocação para a Defensoria Pública. Isso me conforta e me dá segurança que não estou sozinho. A ADI 3819 trouxe uma conjuntura nova e gerou muita incerteza. Não sei ainda para onde vamos caminhar. Do ponto de vista estritamente pessoal, pela minha natureza, ainda não me dou por vencido, estou totalmente identificado com a questão, não só por atribuição funcional, por ter sido designado pela então Defensora Geral Marlene Oliveira Nery, para minutar a manifestação da Defensoria Pública, que sequer foi examinada, porque inexplicavelmente foi ignorada pelo relator, mas por lealdade, solidariedade e pela compreensão de que se está cometendo uma grande injustiça. O que houve ali foi um julgamento político, de uma Corte que se supõe seja paradigma da defesa dos direitos fundamentais, mas que se conduziu de forma inusitada e absolutamente incoerente, o que ficou claramente demonstrado uma semana depois quando, em julgamento da mesma natureza, relativamente à Defensoria Pública de São Paulo, sobre o mesmo tema e sob os mesmos



fundamentos constitucionais, decidiu-se casuisticamente de forma diametralmente oposta, numa discriminação a Minas Gerais. Então não foi um julgamento isento, nem equânime, que ficou na superficialidade do exame de suas conseqüências, pautando-se pela politização da discussão e se servindo até de peças extra-autos, que contribuíram para o erro judiciário, que abala a Defensoria Pública e serve a interesses estranhos à instituição, para o qual alguns dos nossos foram instrumentos úteis. Fico com Couture, ao encontrar o direito em conflito com a justiça, lutarei sempre pela justiça. É difícil se conformar com uma decisão que prejudica a Defensoria Pública e aos seus assistidos, e coloca na incerteza o patrimônio jurídico de dezenas de colegas, causando objetivamente mais dano que aquele que pretensamente adviria da manutenção das normas impugnadas. Não tenho como aferir o que permeou a decisão de cada ministro, mas tenho o juízo crítico de quem acompanhou *pari passu* aquele processo, de quem conversei pessoalmente com cada um deles, e também por verificar como alguns deles têm se pautado em outros julgamentos igualmente complexos. O acórdão ainda não foi publicado, mas estamos sujeitos às seqüelas de uma má decisão, sem saber ao certo quais são as suas justificativas nem seu alcance, e se o que já está ventilado é exatamente o que vai ser formalizado. Em suma, sob pena capital e sem as razões de decidir. Nesse contexto, se processualmente nada puder ser feito, e se depender da minha vontade, o que puder ser feito será feito, é necessário que busquemos minimizar os efeitos da decisão, ou dar-lhe alguma direção, que faça com que as pessoas que estão sendo penalizadas, seres humanos, sejam preservados da melhor forma. Este Conselho vai ter encargos com relação a essa questão, porque do ponto de vista administrativo, há uma margem a ser tratada, e teremos então que dispor a respeito. Eu admiro mais ainda as pessoas que estão à frente da Defensoria Pública, Leopoldo, Maria Lúcia, e os que com eles colaboram, como a Maria Helena, assim como os tantos outros atingidos pela ADI 3819, porque, não bastassem todos os golpes que sofreram, num comportamento altruísta e com firmeza de caráter, não entregaram os pontos, continuaram zelando por suas obrigações, agindo para que tudo transcorra da forma adequada, fazendo com que tudo aquilo que está sendo construído se realize, e o que puder ser resolvido agora que o seja. Se fossem outras pessoas, talvez fossem cuidar da sua própria vida, que é o que não fizeram até o momento. Fizeram isto não por sacrifício, mas por vocação e senso de dever e de responsabilidade. Minha admiração cresce mais ainda e me sinto com absoluto dever de solidariedade e de apoio irrestrito a estas pessoas. Muito do que se tem feito aqui tem a ver com mudanças estruturais, legais, institucionais, das quais são também artífices, quando não seus principais fomentadores. Sabemos muito bem que na nossa cultura jurídica e no nosso mundo político, não basta o direito estar na lei, tem-se que materializá-lo. Daí porque fico perplexo com o discurso ingênuo e positivista de alguns colegas, que agem como se o fato de estar na norma é a concretude daquele direito, é a realização daquelas premissas. Fosse assim, talvez a Defensoria Pública sequer devesse existir, porque a nossa Constituição é moldura bastante para realizar a plenitude de qualquer necessidade do povo, pelo menos em bases mínimas e suficientes para lhe assegurar uma vida digna. Mas não é assim que funciona, e o nosso dever é materializar aquilo que está no ordenamento jurídico para os que nada têm. Então, não basta estar lá escrito na norma que somos uma instituição autônoma, mas é necessário que esta norma se materialize pela via política da ação, da cobrança, da energia, da interlocução e da negociação. Nisso, o prestígio, o compromisso, a representatividade, a coerência e a competência das nossas lideranças contam muito. E ainda quando renovarmos estas lideranças, pois é inerente ao processo democrático esta alternância, é preciso não esquecer que o fato de a norma estabelecer as nossas prerrogativas, elas somente vão se materializar por meio do processo político, onde nossas demandas sejam legitimadas pela importância e a natureza do nosso



trabalho e não porque está na norma. Então, também sob este aspecto, repito, é um tiro no pé o que foi feito. Colocaram nossas lideranças na incerteza jurídica, lhes afetaram a credibilidade e lhes atacaram o patrimônio moral, as vilipendiaram, também assim afetando nossa instituição e a todos nós, pois se o que está sendo construído é obra de todos, é muito também do prestígio e da competência daqueles que estão construindo a Casa. Então, o discurso da intolerância e as práticas autofágicas têm que ser coibidos. Sob o manto da liberdade de expressão e do direito à opinião não se pode tolerar os abusos, porque tolerar os abusos é perder a razão, é fazer com que todos nós nos percamos. Por isso repito que não podemos mais evitar fazer este debate, de forma democrática, transparente, e eu o farei. Este Conselho Superior, sem nenhum demérito aos pares que estamos substituindo, conforme colocou muito bem o Dr. Várten, vai ter que enfrentar as questões que acabaram interferindo na realização daquilo que se propuseram. É um Conselho muito qualificado, e a meu ver a classe votou com coerência, com homogeneidade, e compôs um conselho que tem pessoas capacitadas, experientes e equilibradas, e acho que isto vai ser bastante necessário nesta nova caminhada. Estou aqui disposto a dispensar toda minha energia e atenção e capacidade àquilo que for da alçada do Conselho. As pessoas com quem já trabalhei sabem que sou motivado e defendo meus pontos de vista com muita convicção, mas tenho a mesma capacidade de aprender e de rever minhas posições. Acho que vou sair melhor quando terminar este mandato. Lamento ter me estendido tanto, mas me indigna a tentativa de transformação da Defensoria Pública inclusiva em instituição onde pessoas louvam e se regozijam com a exclusão; me indigna a falta de humanidade daqueles que, em busca dos seus objetivos, não hesitaram em tomar iniciativas que prejudicaram mais de uma centena de colegas, ofendendo-os moral e materialmente, abalando-os física e mentalmente; me indigna a ingratidão daqueles cuja carreira e a instituição a que servem foram construídos em grande parte pela luta dos que querem expulsar; me indigna o vilipêndio da autonomia da Defensoria Pública e o desprezo ao direito de acesso à ordem jurídica dos milhares de cidadãos patrocinados pelos atingidos na ADI 3819; me indigna a ignorância de não se perceber que as conseqüências do julgamento da ADI 3819 provocarão danos na Defensoria Pública e afetarão negativamente a todos; me indigna a prática da dissimulação, da injúria e da intriga como instrumentos da ação política; me indigna a indiferença em relação à conduta notoriamente oportunista, desrespeitosa e abusiva com que alguns membros da carreira agem e manifestam suas opiniões. Conforto-me acreditando que não sou o único a ficar indignado. Concluo agradecendo ao Conselho a oportunidade de me manifestar e à classe pelos votos que me deu. Espero que possamos cumprir aquilo que cada um, individualmente, em nossos manifestos, entendeu como sendo relevante destacar dentro do universo de atribuições do Conselho Superior. Obrigado.” -----

O Sr. Presidente solicitou fosse registrada a presença, nesta sessão solene, dos Defensores Públicos: Felipe Augusto Cardoso Soledade, Ana Paula Machado Nunes, Ana Cláudia Almeida Costa Leroy, Carina Bicalho Piacenza, Cleonice Cyrino, Maria Helena Campos, Umbelina da Consolação Lopes, Eduardo Cyrino Generoso, Willer Castro Dal Ferro, Júnia Roman Carvalho, Flávio Nelson Dabes Leão e Luciana Leão Lara. -----

Em seguida o Presidente do Conselho Superior fez uso da palavra para assim se manifestar: “Não poderia deixar de fazer uma breve saudação, e agradecer os colegas que estão deixando este Conselho, aos que efetivamente contribuíram, alguns contribuíram muito, outros infelizmente pouco ou mal contribuíram. Foi um perfil de conselho que realmente não trouxe muitos benefícios a esta gestão, que foi muito tumultuada. Muita coisa ficou por se fazer, e sequer foram iniciadas, sendo que aquelas que foram iniciadas esperam uma decisão deste conselho. Agradeço aos colegas conselheiros, àqueles que



produziram, Alessandra, Consolação, Wanderley, Marcelo, Várten, Marolinta, muito, na qualidade de secretária, e estou me referindo apenas aos eleitos, que estão saindo, já que Dra. Auxiliadora vai continuar. Dra. Consolação, membro por antiguidade que também está saindo. Peço desculpas pela simplicidade da cerimônia, mas pelo momento que passa a instituição não seria conveniente nenhum tipo de festa. O momento não é dos melhores, e poderia ter uma repercussão que nós não gostaríamos que tivesse, que é colocar a Defensoria Pública sempre na mídia, tirar de dentro dos gabinetes, e passar para a sociedade um novo modelo de Defensoria Pública. Não adianta repetir tudo que foi falado aqui, tanto pelo Várten, quanto pelo Glauco, mas repito que o momento não é dos melhores, o futuro, sem querer ser terrorista, a perspectiva de futuro também não é das melhores. Não sei ainda que rumo vamos tomar, e também não sei o que aqueles que vierem me suceder vão encontrar. O dano é muito grande, mas eu, particularmente, estou absolutamente tranquilo de tudo que nós fizemos até hoje, principalmente nesta questão que foi discutida nesta ADI. Foi um julgamento atípico, prorrogado por várias sessões, em semanas seguidas, demonstrando que havia um sentimento para que aquilo fosse julgado o mais rápido possível, e de qualquer forma. A ação foi ajuizada em novembro do ano passado, coincidentemente em abril já estava sendo julgada, o que é totalmente atípico para o STF e como se isto não bastasse, no desenrolar acabou-se por dar conclusão a este julgamento menos de um ano, e isto também é totalmente atípico naquele Supremo Tribunal. E da forma como o julgamento transcorreu, pautado em documentos extra-autos, dito isto pelos próprios Ministros, o que a gente pode constatar é que houve uma interferência externa muito grande, e sinto que aqueles que se manifestaram pelos e-mails ou pelos telefones, abarrotando os gabinetes, eles foram simplesmente instrumentos de uma causa maior. Não foram aqueles que delinearão ou que nortearão aquela decisão. Estamos tranquilos quanto à questão jurídica que foi discutida. Eu não correria o risco de expor a Defensoria Pública, se nós não estivéssemos totalmente tranquilos quanto aos precedentes daquele tribunal. São vários e posso nominar alguns: caso da Defensoria do Espírito Santo, orientado pelo próprio Min. Joaquim Barbosa, da Advocacia Geral da União, quando o Dr. Bonifácio Andrada era o AGU e ele próprio sustentou na tribuna e foi vencedor. Posso citar também, e aqui já nem como precedente, a questão de São Paulo, que é absolutamente a mesma, ou seja, a transposição de cargos para a Defensoria Pública sem concurso público específico, e é isto que se discutiu naquela ADI, que com menos de 40 minutos, com duas sustentações orais, foi julgada constitucional. Era o relator o Min. Marco Aurélio de Mello, que, com base no art. 139 da Lei 80, proferiu o mesmo voto da nossa ADI. A modulação veio de forma também canhestra, quando na sessão anterior estava proposto o prazo de dois anos, e na sessão seguinte, inexplicavelmente, veio o Min. Eros Grau, relator, dizendo que havia acertado com o Governo do Estado que em seis meses a situação da defensoria estaria totalmente organizada, o que não é verdade, pois esta conversa não aconteceu. O que houve ali foi um arranjo para trazer os votos dos três ministros que eram resistentes à modulação, e viram que estavam fazendo um mal muito grande não só para a DP de Minas, mas para as DPs de todo o Brasil, e inexplicavelmente se colocavam como algozes da DPMG, Min. Peluso, Min. Joaquim Barbosa e Min. Levandowsk. Foi feito um acerto político para trazer estes três votos, necessários para aprovar a modulação. Outro fato inédito foi o início da contagem do prazo da modulação a partir da data do julgamento, antes mesmo da publicação do acórdão. Ficou clara a motivação quando o Min. Joaquim Barbosa, disse alto e em bom som que “tinha que ser a partir de hoje, senão eles vão recorrer do acórdão”. Por isto está demonstrado que havia uma causa maior, daqueles que queriam sim, destruir a Defensoria Pública de Minas Gerais e afetar talvez a Defensoria Pública em todo o Brasil, como já está afetando, uma vez que repercutiu mal em todos os



estados, repercutiu fora do Brasil, pois todos sabem como a DPMG é tida em boa conta, também pelos cargos que nós pudemos exercer, tanto na AIDEF, no Bloco de Defensores Públicos do MERCOSUL e à frente da ANADEP. Há uma comoção geral, sendo que a todo o momento estamos recebendo manifestações de solidariedade das mais variadas autoridades internacionais, instituições, do TJMG, do próprio MP Federal e Estadual, que foi nosso algoz, dos defensores públicos, da polícia, sendo que semana passada participei do I Fórum Internacional dos Gabinetes Integrados da Segurança Pública e fui o único DPG convidado, talvez pelo modelo de Defensoria Pública com gestão integrada com a Secretaria de Defesa Social, quando ali várias pessoas vieram se solidarizar com a nossa situação. Não tenho dúvida de que tudo que nós fizemos foi o melhor e o mais correto, no sentido de que tentar elevar o nome da Defensoria Pública, e hoje temos a certeza de que fala-se mais em Defensoria Pública do que há 5 anos atrás. Um Governo Federal voltado para a questão da Defensoria Pública, sim, um Governo Estadual também voltado para a Defensoria Pública, sim. O que devemos distinguir é cabeças e política. Uma coisa é o governante querer, outra coisa é a política ou a burocracia permitir. Temos aqui a Dr. Auxiliadora, a Dra. Consolação e a Dra. Marlene que já estão esperando por melhorias há 20 anos, 25, 30 anos, alguns menos, há 10 anos. Há necessidade de retomar estas discussões, conforme dito pelo Glauco, ainda não se sabe o que vai acontecer, qual vai ser o deslinde, mas de qualquer forma, até por falta de motivação, nós estamos nos preparando para deixar o cargo e a carreira. Temos o sentimento do cumprimento do nosso dever, faremos isso até o último dia, que não sabemos qual será. Trabalhamos hoje com planejamento, e já trabalhamos para suspender vários projetos que estavam na pauta para o próximo ano, isto porque, por profissionalismo sabemos que, absolutamente não teremos condições de executar esses projetos que já estavam encaminhados. São vários projetos estruturadores, que previam recursos da União e do Estado, além dos investimentos em estrutura não só na Capital, mas também no interior, que estamos suspendendo, porque muitos deles vão depender politicamente da viabilização de recursos orçamentários e financeiros. Queremos crer que com boa vontade e pelo ânimo que o Governo tem de fazer com que a Defensoria Pública crescesse, haja vista a nossa LC 101 que dá nova estrutura à DP e cria mais 282 cargos, neste momento tumultuado, isto mostra que se pretendia fazer uma Defensoria Pública qualificada, com um quantitativo de defensores que pudesse suportar as demandas dos pobres do nosso estado. Há uma dificuldade de se fazer concursos e também de manter os colegas na carreira, mas houve boa vontade de fixar o subsídio, ainda que não seja aquele que nós todos merecíamos ou queríamos, mas foi aquele que se consegui num momento de turbulência, e eu falei sempre, que se não fosse a greve, se tivéssemos tido tempo para planejar, organizar e pleitear, talvez no mês de setembro tivéssemos conseguido uma situação melhor, quem sabe até retroagindo ao mês de janeiro do ano passado. Falo isso em tese, porque este era o planejamento desta administração, mas optou-se pela greve, de seis meses, optou-se por tentar arrancar alguma coisa do governo, enquanto preferíamos negociar, pois quando se arranca alguma coisa, arranca-se o que pode e não o que se quer. E nós arrancamos alguma coisa. Muito se discute de autonomia, e nós, desde a gestão da Dra. Marlene temos feito gradativamente com que a autonomia fosse implementada na Defensoria, já avançamos muito e infelizmente muitos colegas não têm noção do grau de dificuldade de avançar e do que já está, em caráter autônomo, se exercendo dentro da administração. Para aqueles mais próximos, está evidente que avançamos muito. Dentro desses avanços, um deles, muito importante, é que neste ano de 2007, a Defensoria Pública já é uma unidade orçamentária, e poucas pessoas sabem o que isto significa. Apesar das Leis Delegadas, apesar de todas as discussões, sabemos que nem tudo que está no papel é válido, principalmente numa fase de



transição, acreditamos que adiante será mais fácil, desde que tenhamos nossos recursos financeiros garantidos através de percentual na Lei de Responsabilidade Fiscal, o que depende do Governo Federal, mas se o Governo do Estado quiser, ele pode fazer, mas para isso é necessário que estejamos politicamente fortes. Assim, com a criação da unidade orçamentária, a DP não está mais vinculada ao orçamento da SEDS, é uma instituição autônoma, o que é importantíssimo para elaboração e execução de nosso orçamento. Estamos elaborando um relatório que será entregue ao final desta gestão, que está sendo guilhotinada pelo STF, onde os senhores poderão ver mais desta nova Defensoria Pública de Minas Gerais. Ainda ontem, na ALMG, na audiência pública, tive a oportunidade de colocar para o Deputado Tadeu Leite, que aquela Defensoria de 1999, quando ele era Secretário de Justiça, não existe mais, hoje é uma nova Defensoria, com um novo modelo de administração. Conhecemos as defensorias de todo o Brasil e da América do Sul, algumas da América Central e também do Canadá, e podemos dizer que o que pretendíamos fazer aqui não era inventar a roda, nem inventar moda, mas aplicar aquilo de bom que vimos em outras instituições, e mudar a nossa forma de atuar, vender mais a Defensoria, fazer uma instituição política, para que, como outras instituições do mesmo nível, do mesmo patamar constitucional, pudéssemos merecer os mesmos pleitos, os mesmos favores. Assim, caminhamos para um possível final de mandato, com menos de um ano, mas de trabalho incessante, são mais de doze ou treze horas de trabalho todos os dias, produzimos muito, avançamos muito, tanto perante o Poder Executivo, quanto o Judiciário e Ministério Público. Tenho certeza que este Conselho, também bastante qualificado, vai ter uma grande carga de trabalho até abril, pois muita coisa que ficou para trás precisa ser decidida, e coisas novas e urgentes virão, principalmente para que possamos deixar a casa organizada para quem virá. Vejo isto com tristeza, pois é um projeto grande, não foi uma causa pessoal, mas uma causa de Defensoria Pública, que eu particularmente acho que o Brasil vai mudar, com a Defensoria institucionalizada, efetivada, pois não há outra instituição que possa contribuir para a pacificação social ou para diminuir a desigualdade social. Através da participação, como parceira, no Sistema Integrado de Defesa Social, foi firmado compromisso, tanto da administração anterior, quanto do Governo, da Defensoria Pública ocupar todo o sistema prisional, para exercer o seu mister constitucional. Já avançamos neste sentido, com passos largos, mas dentro de nossas limitações, com muitas dificuldades, mas tudo isto que aconteceu mostra que até ao final deste Governo estaremos ocupando todo o sistema prisional. Neste novo modelo de gestão, avançamos também em outras áreas dentro da Defensoria, criando novas demandas, como por exemplo, a mediação, através de um projeto apresentado pelo Várten, que infelizmente também ficará suspenso, projeto de criação dos novos núcleos da mulher, dos quais temos três propostas aprovadas, mas que dificilmente agora teremos condições de executar. Isto é um dano político para a DP, pois inviabiliza novos recursos por parte da união. Enfim, quero deixar a todos o meu sentimento de tristeza e indignação pela forma como transcorreu o julgamento do STF, o que me faz repensar a minha vocação para o Direito, pois acho que Justiça não é aquilo que foi decidido. Conclamo a todos para que com bastante humanidade, irmanados, possamos nestas reuniões trabalhar com abnegação e assim dar um norte para a Defensoria Pública. Quero registrar a necessidade de termos absoluta consciência do que é o Conselho Superior, porque o que vi de algumas manifestações de candidatos, me causou indignação, por estar totalmente alheios os objetivos do Conselho Superior. A pessoa se candidata a uma vaga para o CS e faz campanha para DPG. Por isto temo que nossos colegas ainda não têm ciência do que é a Defensoria Pública, não conhecem a nossa lei no nível necessário. Precisamos qualificar os Defensores, e esta era nossa intenção, seja na área de atuação, seja quanto às nossas



prerrogativas e nossa legislação, porque percebemos que falta aos defensores conhecimento de suas próprias prerrogativas e isto tem prejudicado o avanço da defensoria em todo o estado. Tenho a satisfação de informar que amanhã será realizado o primeiro curso de capacitação para servidores da DPMG, que faz parte de um projeto em fase embrionária, apenas para servidores da capital, escolhidos aqueles que têm contato direto com os assistidos, sendo que o projeto prevê também cursos regionais para os servidores do interior, mas ficará também suspenso, porque não sabemos qual será a visão da próxima administração. Finalizando, agradeço a todos que estão saindo e já de antemão agradeço também aos que estão chegando, para que tenhamos serenidade bastante para levarmos nosso mandato até o fim, seja o dia que for.-----

A seguir o Sr. Presidente designou a Conselheira Marta Juliana Marques Rosado Ferraz como Secretária do Conselho Superior, e informou a todos que, considerando que o Conselho Superior reúne-se sempre nas segundas terça-feiras de cada mês, fica convocada a próxima reunião para o dia 11 de dezembro, às 14:00 horas, solicitando a todos que observem rigorosamente o horário, por ser uma pauta extensa. -----

Neste momento, a Conselheira Vera Lúcia Oliva pediu a palavra na qualidade de membro mais antigo, devido à ausência da Dra. Marlene, assim se manifestando: “Tomo posse hoje como Conselheira, com uma tristeza ímpar, em razão dos acontecimentos que deixaram os nossos colegas fora da nossa instituição, devido a uma decisão política do Supremo Tribunal, infelizmente presa ao formalismo legal, mas que tenho certeza que, sem falsa modéstia, sendo uma defensora pública atuante na época em esses colegas chegaram na Defensoria, eu estava na chefia e acompanhei todo o trabalho que fizeram e fazem até hoje pela nossa instituição. Inclusive, aqueles que quiseram ceifá-los de nossa companhia, não sabem o quanto nos prejudicam em razão do trabalho que estas pessoas fizeram e pelo que conseguiram por nós. Então devo repetir que tomo posse hoje numa tristeza profunda, não me sinto à vontade de estar aqui como Conselheira, mas o faço por dever, e principalmente porque no que for possível fazer para reverter esta angústia e este pesadelo pelo qual a Defensoria vem passando, os meus colegas e amigos que tanto fizeram pela Defensoria Pública podem contar comigo e com meu apoio. Por isso, Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado que não gostaria de deixar a Defensoria, pois já estou próxima de me aposentar, sem ver os nossos colegas com uma solução digna. Obrigada.” -----

Em seguida, o Sr. Presidente anunciou o lançamento, na próxima semana, do site da Defensoria Pública, convidando a todos a acessá-lo e enviar sugestões para o seu aprimoramento. O endereço é www.defendoriapublica.mg.gov.br. Informou ainda que já se encontra em funcionamento a nossa intranet, em fase experimental, apenas no prédio da sede da administração. A idéia é inaugurar todo este prédio, totalmente informatizado, até fevereiro de 2008. -----

Ainda em informações gerais, o Sr. Presidente informou que, a despeito de todos os boatos, as leis que tratam do nosso subsídio e da nova estruturação da carreira já foram sancionadas e publicadas, bem como a adequação dos defensores aos novos cargos também já foi providenciado pela administração. Agora poderemos tratar de forma mais objetiva sobre o pagamento do subsídio. Temos hoje um problema técnico que é a transferência do pagamento do Banco Itaú para o Banco do Brasil, além disso a folha de pagamento já está programada para vir para a DP em janeiro e há mais de oito meses já estamos trabalhando e nos preparando para passar a rodar a nossa própria folha, o que não será fácil, pois trata-se de um novo sistema, um novo software, que estão em fase de implementação. Temos a perspectiva de que a transferência da folha para a DP se dê ainda próximas semanas, para que possamos tentar rodar uma folha suplementar, ainda no mês de dezembro. -----



Com relação ao concurso, o Sr. Presidente informou que estão preparando um calendário, com previsão de chamada ainda no mês de dezembro, o que está sendo acertado com o Governo, já que a nomeação é ato do Governador e a posse do DPG, já tendo sido formada uma comissão para estudar o calendário e elaborar a grade do curso de formação, e ainda está sendo decidido se serão chamados todos os aprovados ou se a nomeação e posse serão feitas em etapas. -----

Em seguida a Conselheira Beatriz pediu a palavra para solicitar a alteração da data da próxima sessão do conselho, acreditando ser extensa a pauta, devendo tomar mais que meio período do dia. Assim, após consultados os demais conselheiros, , **ficou designada a 9ª Sessão Ordinária para o dia 13 de dezembro – quinta-feira, às 09:00 horas.** Dando prosseguimento ao uso da palavra, a Conselheira Beatriz assim se manifestou: “antes que se encerre esta sessão, gostaria de fazer, de forma bastante singela, uma saudação aos conselheiros que se vão, e o faço na pessoa da Dra. Marolinta Dutra, que no meu entendimento, sem demérito dos demais conselheiros, foi a Conselheira que teve mais atribuições aqui neste Conselho, até porque não é fácil ser conselheira, quanto mais acumular a função de Secretária, tendo que redigir, preocupada com o que está sendo falado, e ainda ter que votar de forma consciente. Vejo a atuação da Dra. Marolinta com muita responsabilidade, com muita vontade de acertar e que ela foi bastante prejudicada por ter que acumular as duas funções e ainda assim o fez muito bem, sem prejuízo de suas atribuições como órgão de execução e ainda junto à nossa Associação. Queria também dizer aos novos Conselheiros, dando-lhes as boas-vindas, alguns deles que retornam, como os Conselheiros Glauco, Gustavo e Andréa, já tivemos a oportunidade de trabalhar juntos e acredito que voltaram sabendo que é difícil e porque gostam de fazer o que é difícil, estão realmente comprometidos com a Instituição e tenho certeza de que muito contribuirão. Aos novos, espero que se ajustem nas suas vidas familiares e pessoais, porque a Defensoria Pública deve estar em primeiro lugar, embora nós tenhamos estas duas instituições, a DP e a família, a DP costuma ocupar também o lugar de nossa família, principalmente no CS. Concordo com o Dr. Leopoldo, na forma como foram encaminhadas algumas candidaturas, assisti ali que alguns candidatos não tinham muita consciência de quais são as atribuições de um conselheiro, talvez desavisados ou porque não tenham qualquer compromisso em conhecer a nossa própria lei. Tenho uma estima pessoal por uma Conselheira nova, que é a Dra. Marta Juliana, que é minha amiga de longa data e que muito me consolou na Corregedoria da DP, assistindo de perto as minhas dificuldades, sempre com um ombro amigo, por isso é um prazer tê-la conosco aqui. O que viu acontecer comigo, agora sentirá na própria pele. Gostaria de lembrá-los que quando todos comemoravam o resultado da eleição, e se reuniam para a fotografia, eu já os lembrava de que seria o último sorriso. Vejo aqui o Conselheiro Várten, cuja manifestação muito me comoveu, mas queria lhe dizer que acredito que V. Exa. deu o melhor de si ao Conselho, e que não nos foi possível avançar não por culpa própria e tenho certeza que fizemos o máximo, mas infelizmente cada um dá o que tem e muitos não têm para dar. Em relação à questão da ADI, que já foi colocada aqui, embora quisesse, não vou me manifestar porque gostaria de preservar a minha posição de Corregedora-Geral, até porque se houve abusos, a Corregedoria poderá ser provocada para posturas administrativas, e deverá agir com o devido rigor da nossa lei. A prudência assim me recomenda. Mas não poderia deixar de manifestar, já que nunca fiz segredo do meu posicionamento quanto a esta questão, e até no Congresso de Belém do Pará, durante a reunião dos Colégio de Corregedores, não tivemos condição sequer de ouvir o que estava sendo falado, pois sabíamos que o julgamento estava acontecendo. Fiquei muito indignada com o resultado final, com vontade até de deixar a Defensoria Pública, porque naquele momento estávamos ali no meio de uma palestra sobre direitos



humanos, e eu como defensora vocacionada para a área criminal, e que já defendi um grande número de pessoas que já cometeram o maior número de crimes, eu que já defendi latrocida, que já defendi homicida, em concurso cumulado com estupro e roubo, de uma menina de 15 anos, e achei alternativas para estas defesas, eu não podia ver que para nosso colega não havia defesa, para o nosso colega era colocada a lei, de uma forma fria, de uma forma morta, de uma forma triste, que nós nunca admitimos que se colocasse sequer para o maior dos criminosos que nós chegamos a defender. Por isto continuo a defender a beleza da instituição do júri, porque o jurado vota com a sua consciência, não vota com base em norma nenhuma, ele se coloca no lugar do outro. Vi com muita tristeza os acontecimentos, principalmente quando do julgamento da ADI de São Paulo; o corregedor que se encontrava na mesma situação aflitiva me ligou e disse “colega, continuamos defensores públicos”. Fiquei numa revolta muito grande, feliz por eles, claro, mas porque foi dada uma outra forma de entendimento à situação de Minas Gerais. Para aqueles que defendem que a situação é diferente, ressalto que em Minas sequer se discutiu a origem desses nossos colegas, nem esta oportunidade foi dada. Por ser do sul de minas, embora tenha residido em diversas regiões do estado, sempre tive a maior vivência com os paulistas, foi em São Paulo que fiz minha graduação e minha pós graduação, e não obstante tenha o maior orgulho de ser mineira, a minha convivência com São Paulo me deu a convicção de que o paulista parece mais inteligente, sabe trabalhar, ele quer o crescimento próprio, mas não se importa que os outros cresçam também. O paulista não dá tiro no pé, por isso penso que são mais inteligentes. Parece que é verdade quando se diz que São Paulo é realmente um outro país, e tem uma ordem jurídica própria. Concordo com o Conselheiro Glauco, quando diz que a questão ainda não está resolvida, e eu sempre pautei minha vida na esperança, esperança de ver a justiça que nós todos acalentamos, a justiça que nós esperamos, com uma vontade teimosa, vontade sem limite, e por isso esperamos que esta questão se resolva, tenho esperança que se faça justiça. Nós defensores públicos não pedimos legalidade, aliás, nós da área criminal, se fôssemos pedir a aplicação da lei, nossos assistidos estariam todos condenados, raramente temos uma tese que se apegue à fria legislação, é da defesa que se produzem as teses defensivas que vão para os tribunais formam jurisprudência e depois formam nova legislação. Quando ouvia alguns colegas que defendem esta conclusão da ADI, dizendo que tudo bem, mas eles não podiam ser promovidos, o que eu via como uma situação triste, porque nós da área criminal lutamos tanto para a progressão de regime para o crime hediondo, até chegar no STF, e hoje já está pacificado que mesmo para o crime hediondo há direito à progressão. E o defensor público que tem esta visão de que para o bandido sim, mas para o seu colega, não, é um contrasenso e me faz sentir muito mal, como se eu estivesse numa instituição hipócrita que fala uma coisa e faz outra. Senti realmente vontade de deixar, mas minha vida é assim e com o passar dos anos eu aprendi que primeiro vem a indignação, mas depois eu passo para a ação. E vejo que aqui temos que partir para a ação e tentar contornar, dentro do que for possível para este Conselho Superior, dentro de nossas atribuições. Antes de essa situação concretizar, eu já terei deixado a administração superior, pois meu mandato termina dia 03 de abril, antes do prazo da modulação. Queria deixar registrado para os novos conselheiros, a minha admiração para os que voltaram, porque sabem das dificuldades, e para todos os conselheiros, não obstante estas dificuldades que teremos de enfrentar na atualidade, temos a consciência de que o CS é o órgão máximo normativo desta instituição, da responsabilidade que temos em nossas mãos, mas sabendo também o quanto é gratificante poder contribuir. Deixo também a lembrança da Dra. Ana Cláudia Leroy que foi conselheira e não terminou o mandato, embora tivesse vocacionada para essa função, porque teve que decidir entre ser conselheira e ser minha colaboradora junto à



corregedoria, e foi com muito pesar que ela deixou o CS, mas sabia do quanto eu precisava, e tal como a Dra. Marolinta, acumulou funções e foi mal interpretada por alguns colegas, por quererem que se fizesse as coisas em tempo, o que nem sempre é possível. A Dra. Ana Cláudia em determinada oportunidade foi bastante ofendida por uma colega defensora, porque não pôde entregar cópia da ata por estar sem assinatura, e eu tive que intervir para demonstrar que a ata sem assinatura não tem nenhum valor. Por isso deixo o meu reconhecimento à Dra. Ana Cláudia pelo seu trabalho como Secretária. Encerro deixando meus votos de boas-vindas a todos e que possamos todos pensar que viemos aqui para contribuir. Obrigada” -----

O Conselheiro Gustavo pediu a palavra para assim se manifestar: “Gostaria de fazer um registro, Sr. Presidente, a respeito do julgamento do Supremo, achei que foi um julgamento que não retrata a nossa realidade, e sim assim ocorreu não foi exclusivamente culpa dos ministros ali envolvidos, antes disso, nós mesmos abrimos mãos de nossos princípios básicos e unidade e indivisibilidade, nos apresentamos perante aquela Corte Suprema como uma instituição totalmente dividida, sem unidade, como se fôssemos várias instituições em vez de um corpo único, abrimos mão de nossa própria autonomia ao levar nossas divergências internas para serem apreciadas por outras instituições. Nosso papel mais básico aqui neste novo conselho é retomar este entendimento dos nossos princípios. Nós temos que ser uma instituição dotada de unidade, indivisibilidade, autonomia e independência funcional. Esse é o nosso papel básico. Não podemos deixar que as divergências pessoais contaminem nossas questões para além da instituição e foi isso que ocorreu lá no Supremo. Por isso que o julgamento de São Paulo foi diferente. A situação jurídica é a mesma, mas São Paulo se apresentou lá como uma instituição una, indivisível, dotada de autonomia, e plenamente consciente de seus princípios institucionais. Então perante aqueles ministros foram duas instituições totalmente distintas, e se hoje temos que enfrentar as conseqüências que trouxemos para nossos colegas, gostaria de registrar a minha *mea culpa*, porque sou 1/490 responsável por esta conseqüência, seja por omissão, ou qualquer que seja, não agimos perante o STF em defesa de nossas prerrogativas e dos nossos colegas, enquanto instituição uma e indivisível, pelo contrário, nós mesmos violamos nossos próprios princípios, e estamos colhendo as conseqüências graves desta violação. Vamos procurar minorar os efeitos, como foi muito bem colocado por todos, mas com a convicção de que jamais poderemos repetir este erro de abrir mão de nossos princípios, para que não haja reflexos ainda mais graves para o futuro da nossa instituição. Obrigado” -----

A Conselheira Andréa também pediu a palavra, para assim se manifestar: “Assim como o Glauco, eu sou uma pessoa de posicionamento bastante transparente, como o colega Gustavo, talvez até para exorcizar os meus próprios demônios, eu me sinto no dever aqui de prestar irrestrita solidariedade aos colegas afetados por esta abominável ADI, e dizer que quando eu entrei na DP em 1994 e tive minha carteira assinada pelo Dr. Bruno Lombardi, de minha parte nunca houve qualquer distinção entre quadro, entre colegas concursados, eu acho que sempre fomos uma Defensoria Pública uma, indivisível, e lamento profundamente o desfecho desta ADI, e que se ainda houver tempo de reverter de alguma forma este desfecho funesto, eu sou aliada a este 125 colegas, e quem quiser divulgar isto, para quem quiser saber, este é o meu posicionamento. Estou mortificada, estou enlutada, estou entristecida e sou radicalmente contra quem teve esta infeliz idéia de trazer à tona, porque roupa suja, se é que esta roupa é suja, a gente lava em casa, não é levando para outra instituição, não. O mal da Defensoria Pública, e eu estou aqui há 14 anos, sempre a gente perde porque a gente não consegue resolver nossos próprios problemas, e aí a gente sempre vai perder por isso. A gente vai para o Judiciário, para ao



Ministério Público, ao invés da gente se unir, se reunir para tentar resolver as questões institucionalmente, a gente acaba saindo e ainda quer independência, autonomia, mas a gente nunca resolve os problemas dentro de casa. E aí o que acontece? O que nós temos hoje? Nós temos uma defensoria esfacelada, porque quem está dizendo, como outro dia vi num e-mail que ‘agora nós somos constitucionais’, e eu abomino este e-mail, porque acho que quem entende que nossos colegas eram inconstitucionais não pode ser Defensor Público, devia ter feito concurso para o Ministério Público, devia estar lá acusando bandido, porque estes 125 colegas não são marginais e estão sendo acusados injustamente, estão saindo da instituição da forma mais vil, da forma mais abominável possível. Eu fui recebida por eles, fui bem tratada por eles, e não precisa citar nomes, são brilhantes, combativos, não precisa nem mencionar o Dr. Leopoldo, que fez esta instituição crescer, que fez esta instituição chegar onde chegou. É absolutamente inadmissível, que este colegas saiam em abril, e pela porta dos fundos. Não coaduno com isto, não aceito. E outro dia vi outro e-mail dizendo que ‘quem está com o Glauco, quem está com o Leopoldo, quem está com o Eduardo, é meu inimigo’, e eu quero dizer que eu estou com o Glauco, estou com o Leopoldo, estou com o Eduardo, e quem fez este e-mail lá, é meu inimigo. Obrigada”.

A Conselheira Ana Cláudia, assim se manifestou: “Colegas Conselheiros, demais presente, vou ser breve pois tudo já foi dito, mas gostaria de deixar também meu posicionamento de forma bem clara. Acho que nós estamos vivenciando uma crise política que foi gerada de uma forma insensata, penso, conforme foi colocado muito bem pelo Gustavo, todos nós somos 1/496 desta instituição, e eu me investi desta função sabendo que é uma outra família, uma responsabilidade muito grande, e é por causa deste amor pela Defensoria Pública que nós que temos tanta responsabilidade, que somos 1/496 num momento desses não podemos nos tornar omissos, temos que assumir que neste momento há necessidade de fortalecer essa instituição, de dar toda e irrestrita atenção a esta situação que coloca pessoas que efetivamente são a nossa história, se perder por uma motivação às vezes mesquinha, pessoal, que não vai nos engrandecer em nada, e este é o momento da gente dar as mãos, e eu, pelo menos, estou dando as mãos a cada um de vocês, especialmente aqueles que amam e fizeram esta instituição que eu também passeia a amar no dia em que coloquei os pés aqui dentro, pessoas que estão aqui representadas neste Conselho pelo Defensor Público Geral, Dr. Leopoldo Portela, pelo qual nunca escondi minha admiração, a Defensora Pública Maria Lúcia Prado, que foi uma das primeiras pessoas com as quais eu tive contato dentro da Defensoria Pública, e ela sabe disso, porque entrei ocupando a função que ela exercia, e tive contato logo no princípio com o trabalho muito bom, que é o trabalho da Maria Lúcia e faço questão de registrar a minha admiração por ela também. O que eu puder fazer para contribuir, desta forma, dando as mãos, àquelas pessoas que estão aqui investidas na mesma função e que têm uma visão, como eu, que temos uma oportunidade ímpar na nossa mão. Nós estamos trabalhando numa instituição que é a cara de um mundo melhor. Sim, eu acredito em justiça, não a justiça que está no papel, porque esta não se efetiva, a não ser pelas pessoas que tenham esta vontade de efetivar. Então é de justiça social que nós precisamos, e nós não vamos caminhar se a gente não transformar as palavras em algo que melhore esta nossa convivência, nossa participação e responsabilidade na função e em todos os momentos em que a gente se coloca aqui, no exercício diário da nossa função. Eu realmente não tenho mais nada pra dizer, e somente agradeço, e me coloco disponível para o que for necessário. Obrigada”.

A Conselheira Marta Juliana assim se manifestou: “Tendo ficado por último, todos já falaram um pouco do que eu penso. Há dois anos me afastei da Defensoria, por questões pessoais, tirei licença maternidade, e quando eu voltei e vi este cenário todo na instituição,



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

confesso que senti muita culpa pela omissão durante o meu afastamento, e foi este sentimento que me motivou a estar aqui hoje, pois pensei que era hora de arregaçar as mangas, por sentir que a Defensoria é o caminho para um mundo melhor. Dr. Leopoldo, na sua pessoa gostaria de dizer o quanto vocês são fundamentais para nossa instituição e que farei o que for possível para reverter esta situação, e fazer o que for melhor para nossa instituição. Obrigada” -----

O Defensor Público Marcelo Tadeu, pediu a palavra, se desculpando pela quebra do protocolo, para também se manifestar, sendo-lhe concedido o tempo de três minutos. Por fim, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente Sessão Solene, da qual foi lavrada a presente ata, para os fins de direito, cuja súmula será publicada no expediente da Defensoria Pública. Belo Horizonte, 30 de novembro de 2007.

Leopoldo Portela Júnior

Marlene Oliveira Nery

Maria Lúcia Prado

Glauco David de Oliveira Sousa

Beatriz Monroe de Souza

Vera Lúcia Oliva Gomes Guimarães

Várlen Vidal

Gustavo Corgosinho Alves de Meira

Maria Auxiliadora Viana Pinto

Andréa Abritta Garzon Tonet

Alessandra Pereira Eler

Ana Cláudia da Silva Alexandre

Maria da Consolação Souza e Paula

Marta Juliana Marques Rosado Ferraz

Wanderley Andrade Filho

Belmar Azze Ramos

Marolinta Dutra

Marcelo Tadeu de Oliveira